

## **A relevância da preservação da autenticidade do patrimônio edificado para a caracterização dos morfotipos urbanos**

*The relevance of the preservation of the authenticity of the built heritage for the characterization of the urban morphotypes*

*La relevancia de la preservación de la autenticidad del patrimonio construido para la caracterización de los morfotipos urbanos*

**Lara Reis Rodrigues**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de Franca - UNIFRAN), Brasil.  
larareisrodrigues8@gmail.com

**Alessandra Baltazar**

Arquiteta e Urbanista (FAAC – UNESP), Especialista em Patrimônio, Teoria e Projeto (PUC – Campinas), em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico (UNB) e em Arteterapia (UNIFRAN), Brasil.  
alebalta@yahoo.com.br

**Maximiliano Engler Lemos**

Geógrafo (UNESP), Professor Mestre em Engenharia Urbana (UFSCAR), Brasil.  
maxengler@gmail.com

## RESUMO

A paisagem urbana da grande maioria das cidades hodiernas é conformada, alegoricamente, por um verdadeiro mosaico tecidual, o qual é constituído por distintas camadas históricas e temporais que devem ser interpretadas como entidades únicas e específicas, compreendidas como morfotipos urbanos. O presente artigo objetiva efetuar discussão referente à relevância da preservação da autenticidade do patrimônio edificado para a caracterização dos morfotipos urbanos, necessitando de conhecimentos teóricos aprofundados para a realização deste debate, apresentando também como intuito a compreensão acerca da noção de autenticidade como variante histórica e cultural. A estruturação desta pesquisa exploratória, de cunho analítico, ocorreu mediante metodologia de abordagem quantitativa, sendo embasada substancialmente mediante fundamentação teórica, a qual foi realizada por meio de levantamentos bibliográficos sobre a temática abordada. Assim, compreendeu-se, com este trabalho, que a relevância da preservação da autenticidade do patrimônio edificado para a caracterização de morfotipos urbanos está vinculada à importância em resguardar a memória coletiva de sua sociedade, revelando suas origens, sua identidade cultural e suas histórias vivenciadas neste meio com o decorrer do tempo e clareando as marcas de um passado que foi o responsável pelo o que a cidade é atualmente, mesmo que tais marcas não sejam mais conformadas pela matéria original, já que a sua durabilidade temporária e a sua decomposição são processos naturais. Ao efetivar a preservação da autenticidade de um determinado patrimônio edificado, ocorre a conformação definida de um morfotipo urbano neste mosaico tecidual que compõe a cidade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autenticidade. Patrimônio edificado. Morfotipo urbano.

## ABSTRACT

*The urban landscape of the great majority of contemporary cities is allegorically shaped by a true tissue mosaic, which is made up of distinct historical and temporal layers that must be interpreted as unique and specific entities, understood as urban morphotypes. The present article aims to discuss the concession of the preservation of the authenticity of the built heritage for the characterization of urban morphotypes, needing in-depth theoretical knowledge to carry out this debate, also with the aim of understanding the notion of authenticity as a historical and cultural variant. The structuring of this exploratory research, of an analytical nature, took place by means of a quantitative approach methodology, being substantially based on theoretical foundation, which was carried out through bibliographical surveys on the theme. Thus, it was understood, with this work, that the relevance of preserving the authenticity of the built heritage for the characterization of urban morphotypes is linked to the importance of safeguarding the collective memory of its society, revealing its origins, its cultural identity and its experienced stories in this medium with the passage of time and clarifying the marks of a past that was responsible for what the city is today, even if such marks are no longer conformed by the original material, since its temporary durability and its decomposition are natural processes. In effecting the preservation of the authenticity of a given built heritage, there is a definite conformation of an urban morphotype in this tissue mosaic that makes up the contemporary city.*

**KEYWORDS:** Authenticity. Built heritage. Urban morphotype.

## RESUMEN

*El paisaje urbano de la gran mayoría de las ciudades actuales está, alegóricamente, conformado por un verdadero mosaico de tejidos, que consta de distintos estratos históricos y temporales que deben interpretarse como entidades únicas y específicas, entendidas como morfotipos urbanos. Este artículo tiene como objetivo discutir la relevancia de preservar la autenticidad del patrimonio construido para la caracterización de morfotipos urbanos, requiriendo un conocimiento teórico profundo para llevar a cabo este debate, presentando también la comprensión de la noción de autenticidad como variante histórica y cultural. La estructuración de esta investigación exploratoria, de carácter analítico, se llevó a cabo mediante una metodología de abordaje cuantitativo, sustentada sustancialmente en fundamentos teóricos, la cual se llevó a cabo mediante encuestas bibliográficas sobre el tema abordado. Así, se entendió, con este trabajo, que la relevancia de preservar la autenticidad del patrimonio construido para la caracterización de morfotipos urbanos está ligada a la importancia de resguardar la memoria colectiva de su sociedad, revelando sus orígenes, su identidad cultural y sus historias vividas. en este medio con el paso del tiempo y aclarando las marcas de un pasado que fue responsable de lo que es hoy la ciudad, aunque dichas marcas ya no estén conformadas por el material original, ya que su durabilidad temporal y su descomposición son procesos natural. Al efectuar la preservación de la autenticidad de un determinado patrimonio construido, hay una conformación definida de un morfotipo urbano en este mosaico de tejidos que conforma la ciudad contemporánea.*

**PALABRAS CLAVE:** Autenticidad. Patrimonio construido. Morfotipo urbano.

## 1 INTRODUÇÃO

A contemporânea paisagem urbana da grande maioria das cidades é constituída de diversas camadas históricas, as quais se concretizaram através do acúmulo de tempos percorridos por sua existência. Mediante ao exposto, o tecido urbano destes municípios foi se desenvolvendo e se consolidando ao longo dos anos, desde o momento inicial de seu surgimento, trespassando por diferentes atos criativos e por variados momentos de modificação das maneiras de se pensar as cidades e as edificações. Consoante esta compreensão, constata-se que a concretização dos atuais espaços urbanos ocorreu por meio dos diversos resquícios acumulados ao longo de sua história e de sua memória.

Segundo a explicativa de Retto Júnior (2019, p. 559), a abordagem que repensa e promove a centralização e a valorização dos aspectos relacionados ao patrimônio histórico no projeto da cidade contemporânea, através da ótica urbanística, é a que utiliza os morfotipos urbanos como categoria analítica. As edificações não devem ser identificadas e pensadas de maneira isolada, mas sim em composição com o seu entorno, objetivando a reinserção paisagística dos bens tombados, por meio da observação dos usos atribuídos a esses edifícios e das diversas camadas de tempo que a cidade contemporânea detém, a partir da concepção da ideia de composição urbana (RETTO JÚNIOR, 2019).

Estabelecendo um entendimento mais nítido sobre este contexto explicitado, os morfotipos urbanos podem ser interpretados justamente como camadas constituintes do tecido urbano da cidade, nas quais podem estar inseridos, eventualmente, determinados patrimônios edificadas em harmonia com o seu entorno, efetivando uma composição urbana específica, isto é, uma estruturação de camada temporal única, a qual é componente de toda a morfologia de um município, assim como também são diversas outras camadas integrantes da malha urbana da maioria das cidades contemporâneas. De acordo com Retto Júnior (2019, p. 558), a categoria de morfotipo visa valorizar a inserção histórica de cada elemento na paisagem urbana e, simultaneamente, administrar a dinâmica das transformações que ocorrem em longa duração, possuindo natureza multiescalar e polifuncional.

O conceito de morfotipo urbano é associado à função organizadora do espaço urbano, o qual é composto por distintas camadas temporais e históricas, sendo de suma importância para o gerenciamento das relações existentes entre os diferentes tempos, espaços e tipos de usos que compõem a paisagem urbana, por meio da convicção de composição urbana, a qual considera a transformação da cidade inserida em uma visão estratégica complexa (RETTO JÚNIOR, 2019). Ainda conforme o pensamento de Retto Júnior (2019), os morfotipos urbanos são instrumentos de regulação do espaço urbano baseados em parâmetros técnicos, que objetivam solucionar as “equações espaço-temporais” presentes no tecido urbano, ou seja, podem ser compreendidos como uma maneira de identificação e de análise dos diversos e distintos cenários e camadas temporais que compõem a cidade contemporânea, sendo possível a realização de hipóteses futuras explícitas.

A partir desta reflexão, observa-se a relevância conferida ao tema da autenticidade por sua associação à definição dos modos de preservação do patrimônio edificado (MELLO JÚNIOR, 2016) e, conseqüentemente, por sua inter-relação com a composição urbana da cidade, isto é, com os aspectos dos morfotipos urbanos, devido à valorização da (re)inserção histórica e temporal dos bens tombados na paisagem urbana da cidade contemporânea. Em conformidade

com o autor Mello Júnior (2016, p. 14), considera-se que a atual problemática sobre o uso da noção de autenticidade na preservação, quando aplicada ao patrimônio edificado, transpassa as vicissitudes evidenciadas pelo monumento isolado, sendo de suma importância também a análise dos assentamentos urbanos, devido à sua complexidade.

No campo da Conservação Urbana, a autenticidade pode ser compreendida como a medida do grau com que os atributos do patrimônio cultural, como por exemplo, forma e design, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, locação e assentamento, assim como outros fatores (UNESCO, 2005 apud ZANCHETI *et al*, 2008, p.1), testemunham sua verdadeira significância. Tratando-se do cenário urbano, a busca pela autenticidade torna-se ainda mais complexa e relativa devido à dinâmica construtiva que apresenta. Em sua dimensão material, a autenticidade é percebida através da matéria, constituição física responsável pela composição da cidade e, pelo fato do espaço urbano ser constituído por matéria construída ou por resquícios acumulados ao longo de sua história, compondo-se em distintas camadas de tempo, a cidade, que é materialmente conformada por fragmentos históricos e temporais, pode ser considerada autêntica em sua dimensão material, somente se tais fragmentos obtiverem a capacidade de representar a matéria autêntica, mesmo que o limite de representatividade do fragmento para a reconstituição da obra seja questionado (ZANCHETI *et al*, 2008).

A partir da busca por parâmetros de defesa no que diz respeito à diversidade cultural das áreas patrimoniais, grandes debates internacionais ocorreram em torno do conceito de autenticidade, na década de 1990 (JOKILEHTO, 1995, p.17 apud VIEIRA, 2008, p. 3). Por meio deste contexto, a atenção e a importância conferidas à temática da autenticidade podem ser justificadas devido à sua relevância na determinação das maneiras de preservação do patrimônio edificado, de acordo com Mello Júnior (2016). Segundo este mesmo autor, a consideração sobre a significância da preservação da congruência dos assentamentos urbanos, para que haja a manutenção da verdadeira essência dos locais da cidade, é muito importante ao se observar o vínculo identitário existente entre o ser humano e o meio em que convive, no qual pode estar inserido um determinado patrimônio edificado.

Assim, Mello Júnior (2016) explicita que, tradicionalmente, a noção de autenticidade aplicada à preservação do patrimônio edificado é vinculada à materialidade do patrimônio, como antítese da falsificação. As abordagens que envolvem o campo da conservação urbana são predominantemente associadas à autenticidade material dos bens, mesmo sabendo-se da importância sobre as demais questões acerca do conceito de autenticidade do patrimônio edificado.

A preocupação com as questões de autenticidade é evidenciada desde os primeiros desígnios de estabelecimento do restauro como disciplina autônoma, ainda no século XIX, por meio dos princípios conservacionistas do teórico John Ruskin, o qual argumenta que a matéria deve ser preservada para que as gerações futuras tenham acesso ao patrimônio original (VIEIRA, 2008). Mediante ao exposto, ocorre um debate associado à defesa da veracidade histórica e material e da originalidade desse patrimônio em contraposição às práticas intervencionistas, consideradas falsificadoras na concepção de Ruskin, por meio do Restauro Estilístico, condizentemente à explicativa de Mello Júnior (2016). Assim, ocorre o antagonismo entre os ideais propostos por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, arquiteto-restaurador francês, o protagonista do intervencionismo, e John Ruskin, historiador e crítico de arte inglês, que determina a arquitetura como suporte da memória.

De um lado desta dicotomia existente, Viollet-le-Duc defendia a real expressividade de um determinado estilo arquitetônico, isto é, a verdade da estética. Com isso, os princípios leducianos propunham a reconstituição dos monumentos de acordo com o pleno conhecimento de suas formas, estilo e estrutura, de tal forma que o arquiteto-restaurador assumisse o espírito de seu criador e, desse modo, restituísse ao monumento a integridade supostamente perdida (MELLO JÚNIOR, 2016). Por meio desta lógica, tal restituição dos patrimônios seria efetivada através do profundo conhecimento de seu traçado estilístico, o que possibilitaria a reconstrução de monumentos em estado de ruína, baseando-se no estilo idealizado ao edifício.

Por outro lado, John Ruskin detinha como alguns de seus princípios o respeito à matéria original, a importância da conservação dos monumentos e o vínculo da arquitetura com a memória. Para ele, ao considerar o patrimônio edificado, o simbolismo e a significância de um monumento estão diretamente relacionados à sua durabilidade e, assim, a pátina, isto é, a ação do tempo na matéria, já que representa justamente essa duração, deve ser mantida como parte essencial ao monumento, uma vez que se tratava da verdade vivenciada pela edificação no decorrer do tempo, conforme Mello Júnior (2016). Isto posto, os ideais ruskinianos identificavam a restauração arquitetônica como prática falsificadora, uma vez que não há a possibilidade de se recuperar o que a matéria já foi em algum momento do passado, segundo a ótica de Ruskin, sendo, portanto, uma ação destruidora que, basicamente, substituía o verdadeiro, que se perdeu no tempo, pelo falso. Com isso, a valorização da autenticidade do patrimônio edificado passou a ser mais considerada posteriormente, havendo a necessidade em buscar ações intervencionistas que promovam o seu uso pela sociedade contemporânea (VIEIRA, 2008, p. 3). Diante deste antagonismo instaurado entre os preceitos leducianos e ruskinianos, surgem como alternativa intermediária, ainda no final do mesmo século XIX, os ideais propostos por Camillo Boito. De acordo com Mello Júnior (2016), Boito desaprovava os princípios conservacionistas de Ruskin, os quais optavam pela ruína do monumento, frente à recusa de sua restauração, mas, por outro lado, também se opunha à restituição estilística defendida por Viollet-le-Duc. Isto posto, Boito adota uma posição remediadora na qual estabelecia a importância da conservação do monumento e, ao mesmo tempo, legitimava a intervenção através da restauração, visto o quão fundamental é a preservação da autenticidade histórica do monumento arquitetônico, através da manutenção da pátina, isto é, de suas marcas deixadas no decorrer do tempo (MELLO JÚNIOR, 2016).

Em contrapartida, Gustavo Giovannoni, arquiteto e engenheiro italiano, possuía como princípios fundamentais o valor histórico-documental do patrimônio, em que defendia, no plano teórico, o restauro fundamentado de acordo com metodologia filológica ou científica, ainda nas primeiras décadas do século XX. Consoante Mello Júnior (2016, p. 21), Giovannoni ampliou a discussão para as questões urbanísticas e obteve suas ideias inseridas na Carta de Atenas de 1931, as quais detinham em pauta a noção de autenticidade por meio da proposição ruskiniana. Todavia, defendia a priorização do presente em relação ao passado, em conformidade com os princípios leducianos, apesar de enxergar a intervenção restauradora como uma medida complementar à conservação, em desacordo com a lógica de Ruskin.

No âmbito austríaco, Alois Riegl identificou valores envolvidos no culto moderno dos monumentos, e as diferentes maneiras de sua preservação e apreensão pela sociedade, que justificariam sua preservação, conforme a explicativa de Mello Júnior (2016). Através do confronto entre os valores de contemporaneidade e os de antiguidade, isto é, de rememoração,

e da associação do primeiro mencionado ao valor artístico, estabeleceu-se a controvérsia vigente no século XIX, havendo a responsabilização da doutrina leduciana por essa ambígua associação, ao procurar efetivar a reconstituição das formas primitivas de monumentos que não foram devidamente preservados em seu estado original (MELLO JÚNIOR, 2016, p. 22). Mediante essa perspectiva, Riegl, ao adotar uma visão relativa sobre essa questão, procurou enfatizar o valor da antiguidade, o qual deveria preponderar sobre os demais valores, estabelecendo, assim, a consolidação da associação da ideia de autenticidade à materialidade do monumento, em relação ao seu caráter histórico-documental, de acordo com Mello Júnior (2016).

A autenticidade é tida como uma característica intensamente valorizada pela prática preservacionista tradicional, de acordo com o pensamento de Ferreira e Máximo (2012). O pensamento de Riegl objetivava a fundamentação de um projeto de lei para a proteção do patrimônio austríaco, observando que o valor da antiguidade se trata do mais inclusivo, justamente por estabelecer o respeito às diversas estratificações do monumento e às suas marcas de passagem de tempo (KÜHL, 2013 apud MELLO JÚNIOR, 2016, p. 22). Entretanto, não aprovava a aplicação dos demais valores de maneira casuística no tratamento do patrimônio, pensando-se em sua preservação, o que se estabelece como uma interpretação relativista da restauração pela teoria riegliana, a partir do reconhecimento de contraditórios valores existentes nos monumentos (CHOAY, 2011, apud MELLO JÚNIOR, 2016, p. 22).

Nesse contexto, foram definidos os aspectos fundamentais relativos às escolhas de restauro, o qual passou a ser compreendido e interpretado de maneira mais ampla, adotando-se as questões associadas à preservação da autenticidade do patrimônio edificado. Segundo Mello Júnior (2016), de um lado, houve o pleno esclarecimento sobre o significado do monumento na concepção moderna, o qual foi determinado pela atribuição de valores pela sociedade, definindo práticas preservacionistas como dados históricos, diante do reconhecimento das questões relativas do valor artístico, em conformidade com o pensamento riegliano e, de outro lado, têm-se a vinculação da autenticidade à materialidade do monumento, por meio da efetivação da metodologia filológica ou científica como método de restauro, ao estabelecer a diferenciação entre os elementos inseridos à posteriori e o dado original, o que determina, de certa maneira, a preponderância do valor histórico-documental do patrimônio.

Mediante o desenvolvimento da lógica deste entendimento, a autenticidade foi estabelecida como um aspecto, durante muitos anos, diretamente relacionado à originalidade material do monumento. Zancheti *et al.* (2008) descreve que a autenticidade em sua dimensão material é notada através da matéria, a constituição física que conforma a edificação e, conseqüentemente, a cidade. Por meio da conceituação definida por Jokilehto (2006), tratando-se do aspecto de autenticidade, há o vínculo com as noções de continuidade, mudança e a verdade da edificação, as quais, segundo Vieira (2007), são motivo de discussão teórica e, até mesmo, filosófica.

Jokilehto (2006) argumenta sobre a necessidade em reconhecer a diversidade cultural como a essência do patrimônio da humanidade, para que haja o estabelecimento mais nítido sobre o conceito de valor universal, defendendo, assim, o pensamento de que a autenticidade e a verdade de determinado monumento é diretamente relacionada à contribuição criativa e inovadora que esta representa e, por este motivo, a conservação da obra é um processo que demanda o pleno entendimento e a apreciação de diversos significados e análises, não se atentando somente ao seu aspecto material.

Todavia, faz-se necessário ressaltar que a apreciação atribuída a um determinado monumento se renova e se modifica à medida em que o tempo passa, estando diretamente vinculada à sociedade que convive no meio em que está inserido, em um determinado momento histórico e em uma determinada época, conforme Vieira (2008). Nesse sentido, a apreciação e a conservação de uma obra de arte dependem do reconhecimento de sua significância no momento em que esta é apreciada (BRANDI, 1992 apud VIEIRA, 2008, p. 4). Com isto, Cesare Brandi, crítico de arte italiano, enfatiza o pensamento riegliano em que o valor artístico da obra é um valor determinado no momento presente, de acordo com o reconhecimento aplicado pela sociedade da época vigente (VIEIRA, 2008).

O patrimônio cultural pode ser compreendido como uma construção social fundamentada em valores que lhes são atribuídos pela sociedade em diversos momentos de sua história, desde a sua consolidação. Assim, os autores Ferreira e Máximo (2012) afirmam que sua conservação está diretamente associada à preservação destes valores, em uma relação quase tautológica. No entanto, as maneiras de verificação sobre a veracidade de um determinado bem, de maneira que o mesmo seja devidamente qualificado e preservado são questões que geram controvérsias.

A Carta de Nara, consolidada no ano de 1994 através da Conferência em Nara, no Japão, destacou a autenticidade como o principal aspecto para a qualificação dos valores que caracterizam um bem cultural, podendo apresentar variações no que diz respeito aos aspectos sociais e culturais, mas que incluem e consideram sempre a forma e o desenho, materiais e substância, uso e função, tradição e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento (FERREIRA e MÁXIMO, 2012, p. 4).

Através da lógica deste entendimento, a autenticidade pode ser entendida como a capacidade que um determinado patrimônio detém para transmitir a sua real expressividade e o seu verdadeiro significado, definindo-se, como princípio, que garantir a sua preservação exigirá, conseqüentemente, o diagnóstico dos valores a ele atribuídos pela sociedade que habita e convive no meio em que está inserido e pela época em que essa atribuição de valores é realizada, o que condiciona e determina o diagnóstico a ser realizado. De acordo com Ferreira e Máximo (2012), somente com a realização dessa análise ocorre o desenvolvimento de um plano de ação de conservação e/ou planos de intervenção, os quais não devem interferir minimamente sobre os valores identificados.

Conforme estabelece o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1994), o documento de Nara sobre autenticidade foi elaborado seguindo-se as argumentações da Carta de Veneza, de 1964, desenvolvendo e fornecendo continuidade aos ideais e aos conceitos referentes ao entendimento do que venha a ser de fato o patrimônio cultural e a sua relevância para o mundo contemporâneo. Segundo a Carta de Nara, de 1994, a consideração do valor da autenticidade na prática da conservação do patrimônio possui como primordial contribuição a de reacender a memória coletiva da humanidade. Em conformidade com este pensamento, o documento de Nara estabelece que a conservação do patrimônio é fundamentada nos valores que são atribuídos ao mesmo e, por este motivo, existe a dependência da confiabilidade conferida ao trabalho de levantamento de dados a respeito desses bens culturais, consoante afirma o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1994).

Partindo-se da compreensão de que a cidade se trata de um espaço definido e concretizado, sendo um objeto de criação humana e que se constitui e se modifica em um processo evolutivo, resultado da dinâmica de sua sociedade, Zancheti *et al.* (2008) define que a autenticidade pode ser compreendida através de duas dimensões, as quais são consideradas distintas, porém complementares uma à outra: a dimensão material, a qual se refere ao seu processo de criação enquanto matéria reconhecida como documento, em que se estabelece sua condição de existência, estando vinculada ao “ato criativo encarnado na matéria e inscrito na história” (PHILIPPOT, 2002 apud ZANCHETI *et al.*, 2008, p. 7), e a dimensão construtiva, a qual se refere à capacidade inventiva, isto é, de reproduzibilidade de sua dinâmica construtiva, isto é, uma dimensão da autenticidade que enfatiza o processo de identificação de como a cidade se realiza e se reproduz, não referindo-se a um estado (ZANCHETI *et al.*, 2008, p. 7).

Tratando-se de sua dimensão material, a autenticidade é identificada através da constituição física que conforma a malha urbana das cidades. Assim, Zancheti *et al.* (2008) afirma que, por mais que a cidade se consolide com o decorrer do tempo, alterando-se e desenvolvendo-se de acordo com a dinâmica de sua sociedade, através de sucessivas intervenções e modificações sobre a matéria construída, deve ser ressaltado que a mesma é resultado direto de sucessivas unidades materiais as quais proporcionam evidências sobre distintos atos criativos situados em seu tempo de evolução. A partir dessa lógica, a cidade materialmente conformada por fragmentos históricos e temporais pode ser considerada como autêntica, na dimensão material, se tais fragmentos apresentarem a capacidade de representar de fato a matéria autêntica (ZANCHETI *et al.*, 2008, p. 8), conforme mencionado no capítulo anterior.

Por meio da “unidade potencial da obra”, Cesare Brandi estabelece uma correspondência entre as partes com o todo a esse limite de representatividade do fragmento da obra, de modo que esta característica estabeleça que as partes não são autônomas, mas sim elementos de constituição de um todo inteligível (BRANDI, 1963, p.42 apud ZANCHETI *et al.*, 2008, p. 8). Com isso, no caso do tecido urbano, as lacunas da cidade constituem-se na ausência de elementos que articulam os processos consolidados ao longo do tempo e, sendo assim, a ausência da lacuna ou a inteireza dos artefatos são condições fundamentais para a efetivação da leitura e da interpretação da unidade material da cidade, para que a autenticidade seja devidamente expressa ou não (ZANCHETI *et al.*, 2008).

Já com relação à sua dimensão construtiva, a autenticidade é notada mediante a apreensão dos processos construtivos da cidade em sua dimensão material, os quais podem se manifestar de modo distinto dependendo da época, conforme explica Zancheti *et al.* (2008). É de suma importância que a matéria, o espaço e a temporalidade sejam elementos considerados, uma vez que condicionam a verificação da autenticidade e, portanto, nessa dimensão, a capacidade de uma cidade expressar sua autenticidade está muito atrelada aos processos de criação e de reprodução de práticas passadas, as quais sobrevivem até a atualidade, atribuindo práticas antigas retomadas no presente, para que a preservação dos artefatos seja efetivada de maneira que sejam incorporados ou não novos modos de fazer (ZANCHETI *et al.*, 2008). Através deste entendimento, constata-se que são diversas as interpretações acerca da característica de autenticidade de uma cidade ou de uma edificação, envolvendo amplas discussões teóricas sobre quais são as maneiras mais precisas em efetivar a preservação da verdade emanada por um determinado patrimônio histórico, artístico ou cultural.



O conceito de morfotipo urbano surge mediante abordagem figurativa que propõe a verificação genética do tecido urbano da cidade anteriormente à efetivação de qualquer intervenção em seu ambiente construído, prevendo instrumentos reguladores e normativos do espaço urbano, conforme estabelece Retto Júnior (2019). Explicitando essa constatação de maneira mais nítida, o morfotipo urbano considera a lógica de conformação da cidade desde o seu surgimento, em que resquícios materiais e construtivos de diferentes épocas consolidam diferentes camadas históricas e temporais as quais devem ser consideradas.

Segundo Ana Lúcia Duarte Lanna, professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), a categoria de morfotipos se trata de uma inovadora perspectiva de análise que reconhece e enfatiza as múltiplas temporalidades dos bens tombados e da cidade como um todo, analisando a relação existente entre as edificações e a paisagem urbana consolidada com o passar do tempo (RETTO JÚNIOR, 2019, p. 556). Dentro do conceito de morfotipo, quando um bem se destaca na imagem da cidade, os demais devem apresentar um tratamento diferente, de modo a controlar as possíveis alterações para a garantia de seu destaque na paisagem urbana deste subconjunto, em concordância com Retto Júnior (2019, p. 557).

Conforme já descrito no capítulo de Introdução, a categoria de morfotipo é utilizada como unidade analítica e propositiva, como uma maneira de estabelecer a valorização da inserção histórica de cada elemento inserido da paisagem da cidade e, simultaneamente, efetivar a administração da dinâmica das transformações de longa duração que a mesma enfrentou com o passar dos anos desde o seu surgimento (RETTO JÚNIOR, 2019). Apresentando natureza multiescalar e polifuncional, o conceito de morfotipo urbano promove o (re)pensar do patrimônio para uma cidade durável, segundo Retto Júnior (2019, p. 558), estabelecendo a relação do bem com o entorno em que está inserido.

Em conformidade com o que Retto Júnior (2019) argumenta, do ponto de vista urbanístico, a abordagem que utiliza o morfotipo urbano como conceito e categoria de análise promove o pensamento do patrimônio histórico como o elemento fundamental do projeto da cidade contemporânea, o que significa uma notável mudança conceitual, na qual o plano de valorização não só funcionaria como instrumento regulador e normativo dos espaços, mas ainda como um modo de promover o desenvolvimento, abrangendo a malha urbana da cidade em suas várias maneiras de regeneração urbana.

Outrossim, o conceito de morfotipos urbanos está associado com a promoção da (re)inserção paisagística dos bens tombados, de modo a observar o diálogo e a relação existentes entre as várias camadas de tempo da cidade contemporânea, por meio da concepção de composição urbana, de maneira que as edificações não sejam pensadas isoladamente, mas sim estabelecendo relações e vínculos de proximidade com o seu entorno (RETTO JÚNIOR, 2019). Portanto, os morfotipos urbanos apresentam função organizadora a partir desta ideia de composição urbana, a qual considera o processo de modificação da cidade dentro de uma visão estratégica e dotada de complexidade, de acordo com este mesmo autor.

Retto Júnior (2019) descreve que o morfotipo é um instrumento de regulação que visa solucionar a “equação espaço-temporal” existente no tecido urbano da cidade. A cidade contemporânea é conformada pelo acúmulo de tempos (RETTO JÚNIOR, 2019, p. 561) e, sendo assim, o conceito de morfotipo urbano pode ser interpretado como uma forma de identificação dessas camadas de tempo em relação às coerências espaciais da arquitetura, em sua inserção

urbana e territorial, consoante explicita o mencionado autor. A reinserção paisagística de determinados bens deve ser efetivada, explorando as relações de composição e de proximidade com o seu entorno, conformando-se um morfotipo urbano.

Através deste contexto, o conceito de morfotipo urbano considera o aspecto de continuidade do espaço também de uma forma histórica, uma vez que viver em um determinado lugar significa percorrer por seus espaços e também por seus tempos (RETTO JÚNIOR, 2019, p. 568). A forma urbana integra a tipologia das construções e a morfologia urbana em uma entidade específica denominada como morfotipo urbano (SANTAMARIA, 2007). Assim, os morfotipos urbanos são compreendidos como as diversas camadas históricas e temporais existentes no tecido das cidades, em que determinados bens culturais se destacam na paisagem, estabelecendo e efetivando o ideal de composição urbana por meio da reinserção paisagística desta edificação em destaque em relação com o seu entorno, o qual é resultado das diversas modificações espaço-temporais ocorridas mediante a transformação dos hábitos de sua sociedade. Por meio desta compreensão, a primordial problemática do exposto trabalho se trata em encontrar critérios de análise, justificativas, embasamentos teóricos e observações que efetivem a comprovação sobre a relevância da preservação da autenticidade do patrimônio edificado para a identificação e caracterização dos mencionados morfotipos urbanos.

## **2 OBJETIVOS**

Efetivar análises referentes à relevância da preservação da autenticidade do patrimônio edificado para a caracterização dos morfotipos urbanos, necessitando, assim, de conhecimentos teóricos aprofundados para a realização deste debate; estabelecer discussão essencialmente investigativa acerca da relevância em se preservar a autenticidade de um determinado patrimônio para a caracterização dos morfotipos urbanos, evidenciando-os mais precisamente na malha urbana das cidades e identificando os distintos aspectos sociais, espaciais e temporais pelos quais os mesmos passaram; e compreender sobre a noção de autenticidade como variante histórica e cultural de modo, associando-a ao entendimento de composição urbana.

## **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que, segundo Gil (2002), possui o objetivo de desenvolver determinada ideia, pretendendo-se fornecer hipóteses em condições de serem testadas. À vista do exposto, esta pesquisa exploratória de cunho analítico, ocorreu mediante metodologia de abordagem quantitativa, apresentando, substancialmente, amplo embasamento teórico em que foram realizados levantamentos bibliográficos por meio de livros, artigos científicos, teses e demais trabalhos acadêmicos sobre a conceituação dos aspectos que abrangem a temática da preservação do patrimônio edificado, identificando explicativas e estabelecendo entendimento mais nítido sobre os conceitos de autenticidade e de morfotipo urbano, de forma a efetivar uma discussão teórica acerca da relação existente entre os mesmos. Pelo motivo de se tratar de um artigo de revisão, a exposta escrita é embasada somente por meio do método quantitativo, isto é, não havendo o envolvimento do pesquisador no campo prático de pesquisa, de modo que, mediante a quantificação de diversas constatações teóricas, será possível realizar o desenvolvimento investigativo sobre a temática e a constituir

argumentos justificativos que estabeleçam os resultados e as conclusões do trabalho, proporcionando, assim, um caminho metodológico basicamente exploratório para o atingimento do primordial objetivo deste artigo.

## **4 RESULTADOS**

Através da ótica organicista do Urbanismo Modernista, a cidade é caracterizada pelo dinamismo, pela complexidade e pela vitalidade, transformando-se, deste modo, em um organismo de constante modificação e adaptação (IGREJA, 2016). A Morfologia Urbana, de acordo com Del Rio (1990), deve ser entendida como o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana no tempo. Assim, surgindo a partir de um questionamento de atitudes modernistas em relação às cidades históricas e às relações sociais que as regem, a Morfologia Urbana visa estudar o tecido urbano e seus elementos construídos formadores através do processo de sua evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que os geraram (DEL RIO, 1990).

Por meio do exposto, compreende-se que a cidade, organismo vivo e dinâmico, trespassa por diferentes processos de desenvolvimento e de crescimento urbano com o decorrer do tempo, dependendo-se também do modo como se consolida as relações entre a sociedade de uma determinada época, assim como as tipologias das edificações se alteram de acordo com a paisagem urbana que as cercam. Com isso, a Morfologia Urbana permite o entendimento da produção e da transformação da forma urbana através da análise morfológica das relações existentes o desenvolvimento do tecido urbano que conforma a cidade em detrimento às tipologias de edificações, sendo elas tidas como patrimônio ou não.

A cidade contemporânea é resultado direto de distintos processos de desenvolvimento urbano desde o momento inicial de sua consolidação, percorrendo por diversos atos criativos ao longo de sua história, os quais também são consequência da modificação do pensamento e dos costumes de sua sociedade vigente. Mediante essa lógica e através do estudo de Morfologia Urbana, é possível estabelecer o entendimento acerca dos processos conformadores da cidade contemporânea e, assim, verificar que a forma urbana é constituída e integrada por distintas tipologias de construções e por modificadas paisagens urbanas, as quais conformam, em conjunto, camadas específicas no espaço urbano reconhecidas como morfotipos urbanos.

Não obstante, o morfotipo urbano, que detém função organizacional no tecido urbano da cidade, sendo primordial para a gestão das relações ou conflitos entre usos, tempos e espaços, por meio de uma ideia de composição urbana que considera a transformação da cidade dentro de uma ótica estratégica complexa, segundo afirma Retto Júnior (2019), mesmo sendo um instrumento de regulação que visa solucionar a “equação espaço-temporal” existente na paisagem urbana, não são plenamente caracterizados e identificados com facilidade na malha urbana das cidades, na atualidade. Em outras palavras, os morfotipos urbanos, isto é, as camadas históricas e temporais que conformam a malha urbana das cidades contemporâneas, são, eventualmente, descaracterizados com o decorrer do tempo, devido à constante dinâmica de modificação da paisagem urbana e da não preservação da autenticidade, em suas dimensões material e construtiva, das edificações nela existentes.

Já que os morfotipos urbanos são camadas e entidades específicas existentes no tecido urbano das cidades, sendo compostas pela tipologia das construções e pela paisagem urbana que as

cercam, a partir do momento em que há a sobreposição de uma camada histórica por outra, que estaria de acordo com o pensamento e com os costumes da nova sociedade vigente na época, o que é realizado mediante a não preservação da autenticidade das edificações, de maneira a efetivar restauros em desacordo com a verdade da construção, ocorre a dificuldade de identificação dos diferentes morfotipos que conformam a malha urbana da cidade, o que pode comprometer o estudo analítico de sua verdadeira morfologia.

Dessarte, o tecido urbano da grande maioria das cidades contemporâneas deve ser compreendido e interpretado como um diverso mosaico de morfotipos, os quais, cada um possuindo os seus aspectos históricos e temporais, são figurativamente costurados e interligados, conformando, de maneira nítida, a caracterização da cidade como um todo, assim como de suas partes integrantes. A construção de distintos cenários baseados na formulação dos morfotipos urbanos proporciona momentos nos quais o projeto urbano se apresenta com maior clareza, em uma sequência coerente de modificações ocorridas com o passar do tempo e, com isso, é possível estabelecer explícitas hipóteses futuras (RETTO JÚNIOR, 2019).

De acordo com Zancheti *et al.* (2008), tratando-se de cidades, a busca pela autenticidade torna-se mais complexa devido a sua dinâmica construtiva. Isto posto, entende-se que a capacidade expressiva da autenticidade é admitida na direção objeto-sujeito, em que se insere como questão principal a capacidade da cidade em expressar para sua sociedade um determinado modo de vida do passado, intrinsecamente vinculado ao espaço que o delimita, mantendo-se em sua essência e tornando-se compreensível intersubjetivamente (ZANCHETI *et al.*, 2008). No entanto, para que o tecido urbano da cidade consiga efetivar essa expressão de valores históricos e culturais existentes para sua sociedade contemporânea vigente, é de suma importância que o patrimônio edificado, em harmonia com a paisagem urbana de seu entorno, seja preservado de maneira que sua essência verdadeira se prevaleça.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1994), ao descrever sobre a Conferência de Nara, que ocorreu em 1994, enfatiza que o mundo contemporâneo se encontra, gradativamente, submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma determinada identidade cultural é, ocasionalmente, perseguida através da afirmação de um agressivo nacionalismo e da supressão da cultura das minorias sociais e, sendo assim, a primordial contribuição fornecida pela consideração do valor da autenticidade na prática da conservação urbana é justamente iluminar e trazer à tona a memória coletiva da humanidade e, especificamente, a memória e a história da sociedade que habita e convive em um determinado espaço urbano.

A partir deste entendimento, Zancheti *et al.* (2008) descreve que a autenticidade deve ser compreendida como uma questão de reconhecimento, como algo intrínseco ao bem e por ele expresso, cabendo a cada sociedade apreendê-la de uma determinada maneira e, por se tratar de uma consideração que não é fixa no tempo histórico, sua percepção se modifica e varia de acordo com as mudanças na cultura e na sociedade vigentes em uma determinada época. Nesta perspectiva, a autenticidade não deve ser agregada ao objeto, já que ela é expressa pelo mesmo, cabendo ao indivíduo reconhecê-la e considerá-la (ZANCHETI *et al.*, 2008, p. 11).

Este entendimento evidencia a complexidade existente na conceituação e na operacionalização da autenticidade, segundo Zancheti *et al.* (2008). Através da ampliação conceitual no modo de se entender a autenticidade de um bem cultural, observou-se que, no âmbito da Conservação Urbana, existe uma relação indissociável entre a autenticidade e a capacidade que o bem

cultural possui em expressá-la, sendo que tal associação é imprescindível nas intervenções físicas e no processo de gerenciamento sobre esses bens patrimoniais, já que ao modificar sua forma de expressão, reiteradamente será afetada sua autenticidade (ZANCHETI *et al.*, 2008).

Nesse contexto, a cidade contemporânea, assim como cada uma de suas diversas camadas históricas e temporais, deve revelar sua singularidade e sua especificidade, distinguindo-se das demais. O espaço urbano deve ser compreendido como referência fundamental para a percepção tanto de particularidades locais, quanto de sua universalidade potencial, mesmo que ainda não reconhecida (ZANCHETI *et al.*, 2008). Diante desta reflexão, cada morfotipo urbano existente no mosaico tecidual da cidade hodierna deve ser devidamente caracterizado segundo a sua verdadeira essência, para que a haja o pleno entendimento sobre a lógica de sua conformação, o que somente é possível mediante a devida preservação da autenticidade das tipologias de suas construções as quais, em conjunto com a paisagem que as rodeiam, conformam este morfotipo.

O vínculo da arquitetura com a memória coletiva é um dos princípios ruskinianos que efetiva a compreensão sobre a relevância da preservação da autenticidade original dos monumentos, já que a efetivação da rememoração do passado por meio da preservação da verdade emanada pelo patrimônio edificado, o qual faz parte do processo de conformação do espaço urbano, torna mais nítidas as distintas camadas históricas e temporais existentes na cidade. Entretanto, cabe à sociedade vigente na época valorizar e reconhecer esta autenticidade preservada muitas vezes não em sua dimensão material, como Ruskin defendia sistematicamente em relação à conservação da matéria original, mas sim em sua dimensão construtiva, por meio das técnicas, tradições, usos e funções a que a ela são atribuídos.

Através da metodologia científica de abordagem quantitativa aplicada, a presente pesquisa, de fundamentação essencialmente teórica, traz a constatação de que o reconhecimento da autenticidade apresenta determinada relatividade já que cabe à sociedade vigente em uma determinada época apreendê-la, possuindo diversas condições a serem consideradas e discutidas desde o século XIX, mediante a dicotomia instaurada no âmbito da preservação do patrimônio edificado entre a lógica conservacionista de John Ruskin e os princípios intervencionistas de E. E. Viollet-le-Duc, a partir do Restauro Estilístico.

A preservação da autenticidade dos bens culturais, que constituem, em conjunto com a paisagem urbana, diversos morfotipos urbanos conformadores do tecido da cidade, deve ser efetivada não atentando-se exclusivamente à conservação da matéria original da época em que o bem foi consolidado, mas sim de modo a valorizar todo o aspecto cultural e tradicional envolvido em seu processo construtivo, isto é, observando-se a dimensão construtiva da autenticidade e valorizando as formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis que constituem o patrimônio, devendo ser devidamente respeitados no espaço urbano.

Assim, mesmo que inicialmente a autenticidade fosse vinculada apenas à sua dimensão material, de maneira a estabelecer o entendimento de que um patrimônio autêntico é aquele que conserva sua matéria original, deve-se compreender que a autenticidade não se limita às considerações formais e estruturais originais, mas inclui todas as modificações subsequentes, as adições realizadas ao longo do tempo, as quais possuem valor histórico e artístico, os aspectos culturais e significativos para a sociedade que convive em seu entorno, as técnicas construtivas e as tradições utilizadas em sua consolidação, além dos já mencionados reconhecimento e valor

que a sociedade deve demonstrar por este patrimônio, ainda que este reconhecimento se modifique com o decorrer do tempo já que varia de acordo com as mudanças na cultura vigente da época.

Nesse cenário, investiga-se que a relevância da preservação da autenticidade do patrimônio edificado para a caracterização dos morfotipos urbanos se deve ao fato de que a cidade contemporânea é conformada, figurativamente, por um mosaico tecidual de distintos morfotipos, os quais são resultado da integração entre a morfologia da cidade e as tipologias de construção. Por este motivo, ao efetivar a preservação da autenticidade de um bem cultural, o qual detém uma determinada tipologia edilícia e construtiva, promovendo a sua rememoração no espaço urbano mediante a manutenção de seus valores tradicionais e culturais, não atentando-se somente ao preservacionismo da matéria original, ocorre, então, a conformação de um morfotipo urbano mais bem definido neste mosaico que compõe a cidade hodierna, de modo que o mesmo seja caracterizado mais nitidamente por meio da tipologia construtiva autêntica do patrimônio que fora devidamente preservado e pelo diálogo existente com o seu entorno, compondo uma entidade específica conformadora do tecido urbano.

Com a nítida caracterização dos morfotipos urbanos, ao analisar a forma da cidade por meio do estudo de Morfologia Urbana, tornam-se expostas suas lógicas evolutivas e estruturadoras, o que facilita o seu diagnóstico e a possível intervenção de sua paisagem na contemporaneidade. Com isso, mesmo conhecendo-se a ampla conceituação que abrange a temática da autenticidade e a relatividade existente acerca de seu reconhecimento pela sociedade, a presente pesquisa examina que a relevância em se preservar a verdade de um bem cultural para a caracterização dos morfotipos urbanos que conformam a cidade está na preservação de seus verdadeiros valores culturais e tradicionais como também de suas técnicas construtivas, não deixando desaparecer a essência de um patrimônio edificado que carrega também consigo a essência e a memória de sua sociedade.

## **5 CONCLUSÃO**

Nessas circunstâncias, o procedimento metodológico buscou explicitar que a autenticidade se trata de um conceito amplamente discutido no âmbito da preservação do patrimônio edificado, apresentando uma abordagem relativa em sua interpretação e em seu entendimento e estando intimamente relacionada com a verdade emanada pelo monumento, de maneira que, através da fundamentação teórica apresentada, constata-se que a veracidade de uma construção nem sempre deve ser associada à sua materialidade, mas sim à sua representatividade cultural e construtiva transmitida para a sociedade vigente na época e à sua significância tradicional para a memória coletiva, favorecendo o reconhecimento de sua relevância na paisagem urbana para a definição de um morfotipo único e específico, o qual conforma, com diversos outros morfotipos, um mosaico urbano de camadas históricas e temporais.

Em contrapartida, cabe à sociedade reconhecer as diferentes tradições emanadas, cada uma por um bem cultural, efetivando a valorização de sua técnica construtiva e de sua cultura, as quais, em algum momento do passado, contribuíram significativamente para a consolidação dos valores, das técnicas e dos costumes que a sociedade detém atualmente e, sendo assim, a preservação da autenticidade do patrimônio edificado está vinculada à preservação de suas memórias no espaço urbano, trazendo à tona as raízes, as origens e as histórias vivenciadas neste

meio com o decorrer do tempo, clareando as marcas de um passado que existiu e que foi o responsável pelo o que a cidade é atualmente, mesmo que tais marcas não sejam mais conformadas pela matéria original, já que a sua durabilidade temporária e a sua decomposição são processos naturais.

Assim, compreende-se que a relevância da preservação da autenticidade do patrimônio edificado para a caracterização de morfotipos urbanos está diretamente relacionada com a importância em resguardar a memória coletiva da sociedade, de modo que os bens culturais de uma cidade possam ser compreendidos como parte integrante da identidade cultural, social e histórica de sua população. Por fim, cabe ressaltar que a exposta pesquisa não é suficiente para o pleno entendimento do conceito de autenticidade no âmbito da preservação do patrimônio edificado e para a plena compreensão acerca do conceito de morfotipo urbano, sendo de suma necessidade a continuidade desta investigação, no sentido de se definir maiores parâmetros e fundamentos quantitativos para a estimativa do grau da relevância da autenticidade do patrimônio edificado para a conformação e para a caracterização dos morfotipos na cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDI, Cesare. **Teoria del Restauro**. Einaudi. Torino, Italia, 1963.

BRANDI, Cesare. **Teoría de la restauración**. Alianza Forma. Madrid, España, 1992, 149p.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Fino Traço. Belo Horizonte, MG, 2011.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. Editora Pini. São Paulo, SP, 1990.

FERREIRA, Oscar Luís; MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva. **ACESSIBILIDADE, AUTENTICIDADE E PATRIMÔNIO RECENTE NO BRASIL: O PALÁCIO ITAMARATY E O INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS – ICC**. 4º Congresso Construção. Coimbra, Portugal, 2012, 12 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 ed., 2002.

IGREJA, João Francisco Santos. **Estratégias na Regeneração Urbana: Uma nova metodologia**. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Civil - Perfil Urbanismo e Transportes. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal. 2016, 129 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Nara – Novembro de 1994**. 1994, 3 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: maio de 2020.

JOKILEHTO, Jukka. **Authenticity: a General Framework for the Concept**. In: Larsen, Knut Einar (ed.). *Nara Conference on Authenticity – Proceedings*. Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1995. p. 17-34.

JOKILEHTO, Jukka. **Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context**. In: *City & Time* 2 (1) 1. [online], 2006. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em: maio de 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos**. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2013.

MELLO JÚNIOR, Antônio de Oliveira. **O significado e o uso do conceito de autenticidade na preservação do patrimônio edificado: os paradigmas de Brasília e Ouro Preto**. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo, SP, 2016, 176 p.

PHILIPPOT, Paul. **La teoria del restauro nell'epoca della mondializzazione**. In: *Arkos: Scienza e Restauro*, anno 3, 2002, n. 1, p. 14-17.

RETTO JÚNIOR, Adalberto da Silva. **Morfotipo urbano e a requalificação de centros históricos de cidades pequenas e médias.** Patrimônio e Memória. Assis, SP, 2019, v. 15, n.1, p. 554-570. Entrevista concedida a Marcos Jorge. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>. Acesso em: abril de 2020.

SANTAMARIA, Giovanni. **New York – Milano. Disegno dela città per la regione urbana.** Alinea. Firenze, Italia, 2007, 144 p.

UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris: World Heritage Centre, 2005.

VIEIRA, Natália Miranda. **AUTENTICIDADE x EXPLORAÇÃO: IMAGÉTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.** Ilha, Revista da Antropologia. In: CD da 25ª reunião brasileira de antropologia. Goiânia, GO, 2007, p. 275-294.

VIEIRA, Natália Miranda. **INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: Conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas.** Arquimemória (Anais do evento) - 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador, BA, 2008, 27 p.

ZANCHETI, Sílvia Mendes; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Fábio; LIRA, Flaviana; PICCOLO, Rosane. **DA AUTENTICIDADE NAS CARTAS PATRIMONIAIS AO RECONHECIMENTO DAS SUAS DIMENSÕES NA CIDADE.** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Olinda, PE, 2008, v. 37, p. 1-13.